A REJEIÇÃO DA DENÚNCIA COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Aluno: Éterson de Almeida¹

Orientador: Hugo Martins Quintão²

SUMÁRIO: Introdução. 1. Da teoria do direito penal mínimo e o caráter subsidiário e fragmentário do código penal. 2. Do princípio da insignificância. 3. Da aplicação do princípio da insignificância. 4. O cabimento da rejeição da denúncia com base no princípio da insignificância frente à perda da legitimidade penal estatal. Considerações finais. Referências bibliográficas.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo precípua demonstrar a real possibilidade do juiz rejeitar a denúncia por falta de justa causa para instaurar a ação penal com fundamento no princípio da insignificância, conseqüentemente, declarando a atipicidade da conduta. Dessa forma, se trará maior destreza ao reconhecimento da bagatelaridade, consolidando-se a boa política criminal. O judiciário não deve se ocupar em solucionar todos os problemas que batem a sua porta, muitos casos não são de processo, nem mesmo de polícia, mas sim, de política, de inclusão social, que pode ser alcançada (acredite) bastando um pouco de boa vontade das autoridades competentes.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do Direito Penal Mínimo. Princípio da Insignificância. Rejeição da denúncia. Justiça Social.

¹ Acadêmico do 10º período do Curso de Direito da Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC) - Ubá; E-mail: eterson@gmail.com.

² Professor da Fupac-Ubá, graduado pela Universidade Federal Fluminense e Mestre pela Faculdade de Direito de Campos dos Goytacases-RJ. Advogado.

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que os meios de comunicação sobrecarregam a sociedade com informações sobre aumento da criminalidade e da guerra existente entre o Poder Público e as classes sociais marginalizadas. E diante de tanta propagação de notícias dessa natureza, é normal e esperado que se tema pela segurança e risco de sofrer ataques futuros, e em razão desta possibilidade, a mesma sociedade acaba por exigir cada vez mais do legislador leis novas cominadas com penas maiores na intenção de erradicar a criminalidade que constantemente afeta a sociedade.

Contudo, aumentar o campo de incidência do Direito Penal não significa dizer que estará eliminando com um problema social atual e iminente. Ao contrário disto, para erradicar a marginalidade é necessário políticas sociais a curto e longo prazo envolvendo investimentos públicos e privados nas áreas de educação, saúde, cultura entre outros.

Nesse contexto, surge a mais humanística concepção para se definir (limitar) o campo de atuação do direito Penal, a teoria denominada Direito Penal Mínimo, caracterizada por sua notória e justa materialização de uma perspectiva constitucional, trazendo-se a lume o Princípio da Insignificância.

Aplicando o Princípio da Insignificância questiona-se, caso o Ministério Público venha ofertar denúncia de um delito tido como insignificante, é cabível ao Juiz rejeitá-la de plano por faltar justa causa para instauração da ação penal, tendo em vista a lesão produzida ao bem jurídico ser absolutamente irrelevante para o direito Penal.

Sendo o Direito Penal aplicado de forma equilibrada e racional, com espeque na boa política criminal, é possível reduzir de forma eficaz a atual taxa de criminalidade, bem como cooperar para recuperação deste moroso sistema judiciário.

Ainda não há, entre os Juízes, consenso acerca da aplicabilidade do Princípio da Insignificância. E, muitas vezes, aqueles que o reconhecem agem inadequadamente ao receber uma denúncia de fato bagatelar para, somente ao final da instrução processual, prolatar sentença reconhecendo-se o referido princípio. Nesse ínterim de tempo, grandes transtornos e prejuízos são gerados ao acusado, aos órgãos do Judiciário e à sociedade como um todo, ensejando um enredo jurídico sem embasamento razoável.

Cabe ao Juiz rejeitar uma denúncia de conduta classificada como insignificante?

Nestes tempos de populismo penal, no qual a classe pobre da sociedade é a mais prejudicada, e, ironicamente, a Constituição Federal tem num dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), com objetivo de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais (art. 3º, III), não seria digno a tentativa de ampliar o campo de incidência do Princípio da Insignificância e suas formas de aplicabilidade no processo penal? E, operando desta forma, não se evitaria a ampla falência e perda da legitimidade deste sistema prisional arcaizado?

1. DA TEORIA DO DIREITO PENAL MÍNIMO E O CARATER SUBSIDIÁRIO E FRAGMENTÁRIO DO DIREITO PENAL

O Minimalismo Penal, corrente intermediária entre o Abolicionismo Penal e o Direito Penal Maximalista, *data vênia*, é a que melhor se adéqua às necessidades das sociedades de massa e vem ganhando mais eficácia e destaque no ordenamento penal atual. Trata-se de um procedimento de redução da norma incriminadora (descriminalização), deixando o direito penal tão somente aos bens essenciais para o desenvolvimento humano que não poderão ser protegidos pelos demais ramos do direito em vista de sua elevada importância, com o máximo de respeito à Constituição Federal.

Nas lições de Rogério Greco³, tem-se:

O raciocínio do Direito Penal Mínimo implica a adoção de vários princípios que servirão de orientação ao legislador tanto na criação quanto na revogação dos tipos penais, devendo servir de norte, ainda, aos aplicadores da lei penal, a fim de que se produza uma correta interpretação. Dentre os princípios indispensáveis ao raciocínio do Direito Penal Mínimo, podemos destacar os da: a) dignidade da pessoa humana; b) intervenção mínima; c) lesividade; d) adequação social; e) insignificância; f) individualização da pena; g) proporcionalidade; h) responsabilidade pessoal; i) limitação das penas; j) culpabilidade; e k) legalidade.

Num Estado definido Democrático de Direito (art. 1º da CF/88) que declara como fundamentos a “dignidade da pessoa humana”, a “cidadania”, “os valores sociais do trabalho”, e proclama, como seus objetivos fundamentais “constituir uma sociedade livre, justa e solidária”, que promete “erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais”, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º da CF/88), e assume, ainda,

³ GRECO, 2009. p.24

declaradamente, estas responsabilidades, não pode ofender a integridade dos seus cidadãos agindo como tirano e exagerando no poder punitivo.

Some-se a isto, o fato de muitas às vezes, o Estado, por ação ou omissão, ser, em grande parte, corresponsável pelas diferenças sociais existentes, as quais geram grandes conflitos no âmbito da coletividade. Sendo assim, a aplicação moderada do direito penal além de demonstrar racionalidade é também indispensável para justiça social, evitando-se a tão repudiada (in)justiça seletiva direcionada, naturalmente, aos setores vulneráveis da sociedade.

Em decorrência deste ideal de intervenção mínima, surgem duas modernas características do direito penal brasileiro, como *ultima ratio* na proteção dos bens jurídicos, quais sejam: fragmentariedade e subsidiariedade.

Pela fragmentariedade deve escolher os bens jurídicos a serem protegidos no âmbito penal, levando-se em conta sua importância no desenvolvimento da sociedade (liberdade, vida, ambiente, etc.). Por questão de política-criminal a tipificação de delitos passa a analisar os objetos protegidos juridicamente, servindo, assim, como controle contra a criação desregrada de novas condutas típicas pelo legislador, restringindo-se o poder de punir do Estado. Nesse sentido leciona Luiz Regis Prado⁴:

A doutrina do bem jurídico, erigida no século XIX, dentro de um prisma liberal e com nítido objetivo de limitar o legislador penal, vai, passo a passo, se impondo como um dos pilares da teoria do delito. Surge ela, pois, como evolução e ampliação da tese original garantista do delito como lesão de um direito subjetivo e com o propósito de continuar a função limitativa do legislador, circunscrevendo a busca dos fatos merecedores de sanção penal àqueles efetivamente danosos à coexistência social, mas lesivos de entidades reais – empíricos naturais – do mundo exterior.

No que tange a subsidiariedade, o direito penal somente deverá ser evocado em última hipótese, quando os demais ramos do direito se tornarem ineficientes para a proteção do bem com importância jurídico-social.

Busca-se impedir com isto a drástica interferência do direito penal, evitando resultados danosos na vida do indivíduo, a exemplo do efeito estigmatizante da pena, cujas decorrências de uma condenação se tornam por demais graves também à família do condenado.

Contudo, tem-se que aplicação Minimalista do Direito Penal, tanto no âmbito jurídico quanto no legislativo, ainda é muito confrontada atualmente, causa disto se dá pelo fato dos Poderes cederem, lamentavelmente, aos apelos populares (influenciados pela mídia

⁴ PRADO, 2011. p.31

sensacionalista) e, conseqüentemente, emanar a política de tolerância zero, atingindo, de forma opressiva, as classes sociais menos favorecidas.

2. DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

O Princípio da Insignificância surgiu, para grande parte da doutrina, na Europa no período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, época esta em que a realidade econômica daquele continente encontrava-se precária, motivo que levou à prática de pequenos crimes contra o patrimônio, aos quais foram denominados os crimes de bagatela. Desta forma nasce à característica de justiça social do referido princípio.⁵

Francisco de Assis Toledo⁶ traz a lume o seguinte:

Claus Roxin propôs a introdução, no sistema penal, de outro princípio geral para determinação do injusto, o qual atuaria igualmente como regra auxiliar de interpretação. Trata-se do denominado princípio da insignificância, que permite, na maioria dos tipos, excluir os danos de pouca importância. Não vemos incompatibilidade na aceitação de ambos os princípios que, evidentemente, se completam e se ajustam à concepção material do tipo que estamos defendendo. Segundo o princípio da insignificância, que se revela por inteiro pela sua própria denominação, o direito penal, por sua natureza fragmentária só vai até onde seja necessário para proteção do bem jurídico. Não deve ocupar-se de bagatelas.

Faz-se necessário reconhecer a bagatelaridade de algumas condutas no âmbito jurídico. Modernamente entende-se que a tipicidade do fato não se restringe apenas a sua adequação ao tipo penal. Para evitar injustiça e pena desproporcional é preciso, além da adequação ao tipo penal (formal), a análise material da conduta típica, a qual se completará apenas se houver expressiva lesão ao bem jurídico, causando-lhe dano social condescendente.

Assim leciona Maurício Antônio Ribeiro Lopes⁷:

A redação do tipo penal pretende, por certo, somente incluir prejuízos graves da ordem jurídica e social, porém não pode impedir que entrem em seu âmbito os casos leves. Para corrigir essa discrepância entre o abstrato e o concreto e para dirimir a divergência entre o conceito formal e o conceito material do delito, parece importante utilizar-se o princípio da insignificância.

A insignificância torna a conduta atípica por ausência de materialidade, o que significa dizer que possui natureza jurídica de causa excludente de tipicidade. Além disso,

⁵ GRECO, 2009. p.85

⁶ TOLEDO, 1994. p.132

⁷ LOPES, 2000. p.117

deve-se observar este princípio como mecanismo de interpretação dos tipos penais, deixando de fora as condutas que não trazem consigo o decoro penal necessário para serem abrangidas pela norma incriminadora.

O reconhecimento da insignificância justifica-se ante a desnecessidade da pena, casos em que o resultado social do fato é tão ínfimo perante a sociedade, que mesmo a dosagem mínima da sanção seria extremamente desproporcional.

Conseqüentemente, a bagatelaridade torna-se eficiente elemento no campo processual, capaz de legitimar a extinção de processos criminais pela ausência de justa causa e, conseqüentemente, desafogar órgãos competentes para que possa se dedicar a apreciação dos casos onde a intercessão penal seja mesmo necessária.

Pode-se dizer, a luz dos fundamentos suscitados, que o princípio da insignificância é, sem dúvidas, de importante demanda na aplicação do Direito Penal Mínimo, o qual vem orientando os novos atos de boa Política Criminal voltados à diminuição da criminalidade.

3. DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Aos mais desavisados, que insistem em ir contra a corrente contemporânea do Direito Penal, alegando que o princípio da insignificância não deve ser reconhecido frente à falta de previsão legal, cabe aqui demonstrar o art. 209, §6º do Código Penal Militar, qual seja: *“No caso de lesões levíssimas, o juiz pode considerar a infração como disciplinar”*. Além de provar a legitimação do princípio para os mais legalistas, ainda se encontra, irrefutavelmente explícito, o caráter de subsidiariedade e fragmentariedade supra mencionados.

Como se não bastasse, o Código Penal Militar traz, de forma inequívoca, na Exposição de Motivos, apesar do contexto histórico da época (1969), a eficácia normativa do referenciado princípio, nestes termos:

Entre os crimes de lesão corporal, inclui-se o de lesão levíssima, a qual, segundo o ensino da vivência militar, pode ser desclassificado pelo juiz para infração disciplinar, poupando, em tal caso, o pesado encargo de um processo penal para fato de tão pequena monta.

A jurisprudência não se acanha mais em relação ao reconhecimento da bagatelaridade. Atualmente grande parte dos crimes vem sendo, através do Poder Judiciário,

descaracterizado por falta de tipicidade material, capaz de abranger os seguintes delitos: lesão corporal, dano, furto, previdenciário, ambiental, moeda falsa, etc.

Para tanto, o Supremo Tribunal Federal (HC 84.412-SP), se posicionou e definiu os requisitos necessários para aplicação da insignificância, que são: I) mínima ofensividade da conduta do agente; II) nenhuma periculosidade social da ação; III) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e IV) inexpressividade da lesão jurídica provocada. Tal julgamento serviu como referência segura para fundamentação de futuras decisões, vejamos:

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGÍTIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL – CONSEQUENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - DELITO DE FURTO - CONDENAÇÃO IMPOSTA A JOVEM DESEMPREGADO, COM APENAS 19 ANOS DE IDADE - “RES FURTIVA” NO VALOR DE R\$ 25,00 (EQUIVALENTE A 9,61% DO SALÁRIO MÍNIMO ATUALMENTE EM VIGOR) - DOCTRINA – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF - PEDIDO DEFERIDO. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL. – O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado – que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.

O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: “DE MINIMIS NON CURAT PRAETOR”. - O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor – por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.⁸

Frisa-se que para o devido reconhecimento da bagatellaridade, não se consideram aspectos subjetivos inerentes à pessoa do agente tais como a personalidade, os antecedentes, a motivação e reincidência. Deve-se levar em consideração o que o agente fez, e não quem é ele ou qual modo de vida tomado.

Conforme brilhantemente a Ministra Carmén Lúcia já decidiu:

EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE FURTO SIMPLES. EXCEPCIONALIDADE DA SÚMULA N.

⁸ STF, HC 84412, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 19/10/2004.

691 STF. INEXISTÊNCIA DE LESÃO A BEM JURIDICAMENTE PROTEGIDO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.

1. O Supremo Tribunal Federal tem admitido, em sua jurisprudência, a impetração da ação de *habeas corpus*, quando, excepcionalmente, se comprovar flagrante ilegalidade, devidamente demonstrada nos autos, a recomendar o temperamento na aplicação da súmula. Precedentes.

2. A tentativa de furto de tubos de pasta dental e barras de chocolate, avaliados em trinta e três reais, não resultou em dano ou perigo concreto relevante, de modo a lesionar ou colocar em perigo bem jurídico na intensidade reclamada pelo princípio da ofensividade.

3. Este Supremo Tribunal tem decidido pela aplicação do princípio da insignificância, quando o bem lesado não interesse ao direito penal, havendo de ser considerados apenas aspectos objetivos do fato, que deve ser tratado noutros campos do direito ou, mesmo, das respostas sociais não jurídico-penais, o que não se repete em outros casos, quando se comprova que o bem jurídico a ser resguardado impõe a aplicação da lei penal, notadamente considerando-se os padrões sócio-econômicos do Brasil. Precedentes.

4. Ordem concedida.⁹

Por sua vez, o Ministro Cezar Peluso¹⁰, segue o mesmo entendimento:

EMENTA: AÇÃO PENAL. Justa causa. Inexistência. Delito de furto. Subtração de roda sobressalente com pneu de automóvel estimados em R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). Res furtiva de valor insignificante. Crime de bagatela. Aplicação do princípio da insignificância. Irrelevância de considerações de ordem subjetiva. Atipicidade reconhecida. Absolvição. HC concedido para esse fim. Precedentes. Verificada a objetiva insignificância jurídica do ato tido por delituoso, é de ser afastada a condenação do agente, por atipicidade do comportamento.

Também cabe ressaltar, na oportunidade, algumas decisões jurisprudenciais aplicando a insignificância nos mais diversos tipos de delitos, conforme se segue:

No crime de descaminho: considerou-se que falta justa causa para a ação penal por crime de descaminho quando a quantia sonegada não ultrapassar o valor previsto no art. 20 da Lei nº 10.522/02, o qual determina o arquivamento das execuções fiscais, sem baixa na distribuição, se os débitos inscritos como dívida ativa da União forem iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00 (valor modificado pela Lei nº 11.033/04)¹¹

Nos crimes ambientais: há julgado da Suprema Corte no sentido de que, em matéria ambiental, surgindo a insignificância do ato em razão do bem protegido, impõe-se a absolvição do acusado.¹²

Nos crimes de furto: “tratando-se de furto de dois botijões de gás vazios, avaliados em 40,00 (quarenta reais), não revela o comportamento do agente lesividade suficiente para justificar a condenação, aplicável, destarte, o princípio da insignificância”¹³

⁹ STF, HC 106068, Relator(a): Min Cármen Lúcia, Primeira Turma, julgado em 14/06/2011.

¹⁰ STF, HC 93393, Relator(a) Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, julgado em 14/05/2009.

¹¹ STF, HC 96374/PR, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma julgado em 31/03/2009.

¹² STF, AP 439/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 12/06/2008.

¹³ STF, AgRg no REsp 1043525/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, julgado em 16/04/2009.

Num Estado Democrático de Direito, merece ser ressaltado que é competência do Poder Legislativo ditar a importância do bem jurídico que será resguardado pelo Direito Penal, contudo, o juiz, no caso concreto, levando em consideração a importância do bem já abrangido previamente pela Lei, deverá, conscientemente e de forma bem fundamentada, afastar a tipicidade de cada conduta individualmente, sem fugir às imposições legais a que está submetido.

Luiz Flávio Gomes¹⁴ correlaciona o dito princípio à atuação do magistrado:

Cuida-se, como se vê, de um conceito normativo, que exige complemento valorativo do juiz. O princípio da insignificância tem tudo a ver com a moderna posição do juiz, que já não está bitolado pelos parâmetros abstratos da lei, senão pelos interesses em jogo em cada situação concreta. Nesse novo direito penal, que é um direito de caso concreto, a proeminência do juiz (da valoração é do juiz) é indiscutível. Mas também, a chance de se fazer justiça no caso concreto é muito maior que antes (quando ao juiz estava atrelado ao velho silogismo formalista da premissa maior, premissa menor e conclusão). O *fiat justitia et pereat mundus* (faça-se justiça, embora pereça o mundo) já não tem sentido nos dias atuais. O juiz já não pode se contentar só com a aplicação formal da lei, ainda que o mundo pereça. A ele cabe fazer justiça em cada caso concreto, isto é, fazendo uso da razoabilidade, cabe sempre evitar que o mundo (do caso concreto) entre em ruínas. O que vale hoje é a *fiat justitia, ne pereat mundus* (faça-se a justiça, para que o mundo não pereça – Hegel).

A aplicação do princípio da insignificância é elemento concreto para humanização da justiça.

4. A REJEIÇÃO DA DENÚNCIA COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA FRENTE À PERDA DA LEGITIMIDADE PENAL ESTATAL

Nos ritos comuns cabe ao juiz analisar sumariamente os autos e, liminarmente, antes mesmo de citar o acusado para oferecer resposta, rejeitar a denúncia tão logo verifique a falta de justa causa para o exercício da ação penal, conforme art. 395, III, do Código Processual Penal.

Busca-se com o referido instituto impedir os contratempos gerados pelo recebimento da denúncia, que trará, inegavelmente, enormes transtornos à vida do acusado como, por exemplo: estigmatização social e jurídica, angústia e sofrimento psíquico, constrangimento inerente à submissão do poder estatal, dentre outros.

¹⁴ GOMES, 2009. p. 25

Assim explica Aury Lopes Junior¹⁵:

Quando se fala em justa causa, esta se tratando de exigir uma causa de natureza penal que possa justificar o imenso curso do processo e as diversas penas processuais que ele contém. Inclusive, se devidamente considerado, o princípio da proporcionalidade visto como proibição de excesso de intervenção pode ser visto como a base constitucional da justa causa. Deve existir, no momento em que o juiz decidir se recebe ou rejeita a denúncia ou queixa, uma clara proporcionalidade entre os elementos que justificam a intervenção penal e processual, de um lado, e o custo do processo penal, de outro.

Neste diapasão, é cabível ao juiz analisar, no caso concreto, a falta de justa causa para a ação penal, preponderando à relevância dos bens em jogo frente à luz do princípio da insignificância, vez que, conforme visto, o referido princípio acarreta a atipicidade material da conduta.

Há vários precedentes neste sentido, inclusive no Tribunal de Minas Gerais:

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO MINISTERIAL. FURTO TENTADO. DENÚNCIA REJEITADA POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. IMPOSSIBILIDADE DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

- Deve-se rejeitar **denúncia** que descreve fato considerado como atípico, nos termos do art. 395, inc. III, do CPP.¹⁶

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - REJEIÇÃO DA DENÚNCIA POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - POSSIBILIDADE. Inexistindo ofensa ao bem jurídico tutelado no crime de furto, há de ser aplicado o princípio da insignificância, porque irrelevante a conduta praticada, afastando-se, desse modo, a tipicidade da conduta. Desprovisionamento ao recurso que se impõe.¹⁷

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - FURTO SIMPLES - REJEIÇÃO DA DENÚNCIA - PRINCÍPIOD A INSIGNIFICÂNCIA - ATIPICIDADE MATERIAL - ADMISSIBILIDADE - ÍNFIMO VALOR DA ""RES FURTIVA"" - R\$ 71,00 (SETENTA E UM REAIS) - OBJETO RESTITUÍDO - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Se o valor da ""res"" é ínfimo, é de se reconhecer e aplicar o princípio da insignificância em relação ao fato praticado. 2. Para a aplicação do princípio da insignificância, quatro requisitos devem ser satisfeitos: a mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Precedentes do STF e do STJ. 3. Dos Tribunais Superiores: 'Segundo a jurisprudência consolidada nesta Corte e também no Supremo Tribunal Federal, a existência de condições pessoais desfavoráveis, tais como maus antecedentes, reincidência ou ações penais em curso, não impedem a aplicação do princípio da insignificância'. 4. Rejeição da denúncia mantida.¹⁸

¹⁵ JUNIOR, 2008, p. 344.

¹⁶ TJMG, Rec. em Sentido Estrito 1.0024.10.189214-9/001, Des.(a) Nelson Missias de Moraes, 2ª Câmara Criminal, julgado em 02/08/2012.

¹⁷ TJMG, Rec. em Sentido Estrito 1.0024.11.116543-7/001, Des.(a) Antônio Carlos Cruvinel, 3ª Câmara Criminal, julgado em 31/05/2012.

¹⁸ TJMG, Rec em Sentido Estrito 1.0106.11.003393-8/001, Des.(a) Walter Luiz, 6ª Câmara Criminal, julgado em 12/06/2012.

Nota-se que, brilhantemente, a consciência jurídica de certos magistrados não permitem mais o recebimento de denúncias relativas à fatos bagatelares, como é o caso dos julgados acima, onde mesmo após alguns promotores mais “tupiniquins” insistirem em desnaturar a decisão que rejeitou a peça vestibular em primeira instância, a referida decisão fora mantida em grau recursal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rejeitar a denúncia frente à falta de lesão significativa ao bem jurídico não significa estar incentivando a prática de pequenos delitos e promovendo a impunidade como dizem alguns juristas.

A impunidade é muito mais fomentada pela ausência de resposta estatal aos chamados crimes de “colarinho branco” (oportunidade em que curiosamente sempre se recorre aos princípios da fragmentariedade e subsidiariedade como forma de deslegitimação do direito penal), onde quem sofre são os cidadãos de bem que trabalham e pagam seus impostos sem, ao menos, receber em troca atendimento às necessidades básicas da pessoa humana.

Busca-se, em benefício de um sistema mais justo e menos seletivo, remeter os casos de menor relevância penal à devida instância normativa (cível, administrativa e outras). Imagine como exemplo um indivíduo, viciado em crack (doente), que entra numa fazenda e furta algumas hortaliças, sendo, em seguida, preso em flagrante delito pelos policiais. Neste caso, uma ação cível, requerendo indenização material e/ou moral pelos danos e constrangimento sofridos, já não seria suficiente?

A resposta certamente será positiva, tendo em vista que o direito penal deverá sempre ser a *ultima ratio* por ser potencialmente causador de consequências irreversíveis na vida no indivíduo.

O juiz moderno não pode ser extremamente legalista como acontecia no passado. Ao verificar a procedência de uma denúncia, cabe ao magistrado atentar a adequada interpretação das normas criminais focada no texto constitucional, mormente ao princípio da dignidade da pessoa humana, alçado como direito fundamental em nosso país.

Assim resulta a concepção de que rejeitando a denúncia com base no princípio da insignificância, estará evitando que o Estado faça uso de “uma bala de canhão para matar um passarinho”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

GRECO, Rogério. *Direito Penal do Equilíbrio*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2009.

GOMES, Luiz Flávio. *Princípio da Insignificância e outras excludentes de tipicidade*. 2º Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

JUNIOR, Aury Lopes. *Direito Processual Penal e sua conformidade Constitucional*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. *Princípio da Insignificância no Direito Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

PRADO, Luiz Regis. *Bem jurídico e constituição*. 5ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de direito penal*. 4º Ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.